

b) *Curriculum Vitae* (quatro exemplares) detalhado e assinado, do qual constem as habilitações académicas, as habilitações e qualificações profissionais (acções de formação e outras), a experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata, bem como quaisquer outros elementos que os interessados consideram relevantes para a apreciação do seu mérito;

c) Certificado comprovativo das habilitações literárias e profissionais;

d) Certificados comprovativos das acções de formação frequentadas;

e) Documento comprovativo da titularidade dos requisitos gerais indicado no ponto n.º 6.1 deste aviso, ou, no caso das alíneas c), d) e e), declaração, sob compromisso de honra, no próprio requerimento, em como possuem aqueles requisitos;

f) Fotocópia do bilhete de identidade;

g) Outros documentos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito.

8.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

8.5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, o júri pode, ainda, exigir aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito.

9 — Composição e identificação do Júri

O júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente — Manuel Vaz Duarte, Técnico Especialista Saúde Ambiental, Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo II — Zêzere;

1.º Vogal efectivo — Elsa Manuela Alexandre Nobre Duarte Curado, Técnico Principal de Saúde Ambiental, Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo II — Zêzere;

2.º Vogal efectivo — Patrícia Margarida Tavares Andrade Santa Cruz, Técnico Principal Saúde Ambiental, Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo II — Zêzere;

1.º Vogal suplente — Carla Alexandra Lopes Simões, Técnico 1.ª Classe Saúde Ambiental, Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo II — Zêzere;

2.º Vogal suplente — Paulo Fernando Lopes Bastos, Técnico 1.ª Classe Saúde Ambiental, Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo II — Zêzere.

10 — Métodos de Selecção

10.1 — O método de selecção aplicável é a avaliação curricular complementada com entrevista profissional de selecção, de acordo com o disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e no artigo 2.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, em conjugação com o artigo 21.º da Lei n.º 3-A/2010, de 29 de Abril, diploma que aprova o Orçamento de Estado para 2010.

A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

10.2 — Nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, o método de selecção a utilizar será o de avaliação curricular, complementada com entrevista profissional de selecção, sendo os candidatos ordenados de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (3AC + E)/4$$

sendo:

CF = classificação final;

AC = avaliação curricular;

E = entrevista.

10.3 — Consideram-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9.5 valores.

10.4 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular bem como da entrevista profissional de selecção, constam de acta de reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10.5 — A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final, serão publicitadas nos termos dos artigos 51.º, 52.º e 60.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

11 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando

escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, o presente aviso será publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, por extracto, em jornal de expansão nacional, e ainda na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e no portal da internet desta Administração Regional de Saúde, (www.arslvt.min-saude.pt).

Lisboa, 23 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes.

203553181

Aviso n.º 15664/2010

Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de 6 postos de trabalho destinados a enfermeiros, no âmbito regional do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Despacho da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, de 23 de Julho de 2010, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicitação no *Diário da República*, procedimento concursal de ingresso, tendo em vista o preenchimento de 6 postos de trabalho para a categoria de enfermeiro da carreira de enfermagem, na modalidade relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento dos Centros de Saúde da Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira.

1 — Descrição sumária das funções inerentes aos postos de trabalho a ocupar e perfil de competências:

1.1 — Correspondentes, genericamente, às funções da categoria de enfermeiro, constantes nos documentos legais que regulamentam a carreira de Enfermagem.

1.2 — Perfil de competências: experiência profissional comprovada no contexto dos serviços que integram a rede de Cuidados de Saúde Primários, no mínimo de 1 ano, que tenham permitido adquirir conhecimentos nas matérias relacionadas com:

a) Integração em equipas multidisciplinares nas Unidades Funcionais;

b) Promoção da saúde, prevenção da doença, tratamento, reabilitação e reinserção social;

c) Organização, coordenação, execução, supervisão e avaliação das intervenções de enfermagem nos três níveis de prevenção;

d) Participação na coordenação e dinamização das actividades inerentes à situação de saúde ou doença do utente, seguido em ambulatório ou em contexto domiciliário;

e) Participação na elaboração e concretização de protocolos referentes a Normas e Critérios para a administração de tratamentos e medicamentos;

f) Realização de educação para a saúde dirigida ao indivíduo, família, grupos e comunidade.

2 — Índice remuneratório — de acordo com o cabimento orçamental autorizado, o vencimento é de € 1.020,06 (mil e vinte euros e seis centimos), que corresponde, actualmente, à remuneração prevista para ingresso na categoria de enfermeiro.

3 — Local de trabalho — as funções serão exercidas nas instalações do ACES Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira.

4 — Condições de trabalho — as condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas.

5 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições contidas no Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro, pelos artigos 18.º a 57.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 411/99, de 15 de Outubro, este último rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 23-B/99, de 31 de Dezembro, pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, do Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro,

do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho e do Código do Procedimento Administrativo.

6 — Âmbito de recrutamento — nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do Despacho n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro de 2009, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e do Despacho de concordância n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro de 2009, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, só podem ser admitidos ao presente concurso os trabalhadores que tenham previamente constituída relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho por tempo indeterminado, por tempo determinado ou determinável.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — São requisitos gerais de admissão a concurso, definidos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Encontrar-se física e psiquicamente apto para o desempenho das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.2 — São requisitos especiais os referidos na alínea a), do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro:

- a) Posse do título profissional de enfermeiro;
- b) Detenção de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado, determinado ou determinável.

7.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados por tempo indeterminado, na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo, I. P. idênticos aos que, para cuja ocupação, se publicita o procedimento.

8 — Prazo de validade — o presente recrutamento destina-se ao preenchimento dos postos de trabalho colocados a concurso (6), e para os que, precedido, de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pela Administração Pública, venham a ser considerados necessários nos serviços abrangidos pela ARS LVT, I. P., no prazo de 2 anos, contados da data da publicação da respectiva lista de classificação final.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., podendo ser entregue directamente nas instalações do ACES Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira, Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Alverca, Rua da Juventude, traseira, 2615-042 Alverca do Ribatejo, das 9 h às 17 horas, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, com aviso de recepção.

9.2 — A candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos:

- a) Cópia dos documentos de identificação (Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão; NIF)
- b) Cédula Profissional da Ordem dos Enfermeiros válida, com a aposição de vinheta anual ou documento substitutivo que ateste a validade da inscrição na Ordem dos Enfermeiros;
- c) Currículo profissional detalhado, devidamente assinado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: habilitações literárias, funções que exercem e exerceram, bem como a formação profissional detida;
- d) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- e) Documento comprovativo das habilitações profissionais, cursos e acções de formação com indicação das entidades promotoras e respectiva duração;
- f) Declaração passada pelo órgão ou serviço onde exerce funções, da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, carreira e categoria de que o candidato seja titular e actividade que executa, bem como experiência profissional;
- g) Outros documentos, considerados relevantes para análise da candidatura, que tenham mencionado no requerimento de candidatura, e não identificados no presente aviso.

9.3 — A apresentação dos documentos comprovativos das situações previstas nas alíneas b) a d) do n.º 7.1 do presente aviso é dispensada nesta fase, desde que o candidato declare, no requerimento de admissão

ao concurso, sobre compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos.

9.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

9.5 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

10 — Composição e identificação do Júri — o Júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente: Paula Cristina Vasques da Costa, Enfermeira Chefe, do ACES Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira;

1.ª Vogal efectiva: Maria Benedita de Jesus Santos, Enfermeira Chefe, do ACES Oeste II, Oeste Sul;

2.ª Vogal efectiva: Rosa Maria Dias Marques Braz Veiga, Enfermeira Especialista, do ACES da Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira;

1.ª Vogal suplente: Paula Alexandra Pires Gomes, Enfermeira Especialista, do ACES Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira;

2.ª Vogal suplente: Maria Cândida Fernandes Pereira, Enfermeira Especialista, do ACES Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira.

11 — Métodos de Selecção:

11.1 — O método de selecção aplicável é a avaliação curricular, nos termos do n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, em conjugação com o n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro, e com o artigo 21.º, da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

A avaliação curricular visa avaliar a qualificação profissional dos candidatos, ponderando, de acordo com as exigências da função, a habilitação académica, a formação profissional, a experiência profissional e outros elementos considerados relevantes.

11.2 — A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultante da média ponderada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(2 \times HA) + (3 \times NCE) + (7 \times EP) + (3 \times FP) + (3 \times OECR) + (2 \times AC)}{20}$$

em que:

CF — Classificação final;

HA — Habilitações académicas;

NCE — Nota final obtida no curso de Enfermagem;

EP — Experiência profissional;

FP — Formação profissional;

OECR — Outros elementos considerados relevantes;

AC — Apresentação curricular.

11.3 — Os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11.4 — Considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9.5 valores.

11.5 — As listas de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão publicadas no *Diário da República*, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 33.º e no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e afixadas na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., na Avenida Estados Unidos da América n.º 75 — 1749-096 Lisboa.

12 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego — em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público.

Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, o presente aviso será publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, por extracto, em jornal de expansão nacional, e ainda na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e no portal da internet desta Administração Regional de Saúde, (www.arslvt.min-saude.pt).

Lisboa, 23 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.

Grelha de avaliação curricular

Critérios a classificar	Valor	Pontuação máxima	Classificação	
			Ponderação	Pontuação
1 — Habilitações Académicas (HA)	20 18	20	2	Total:
1.2 — Grau de Licenciado em Enfermagem ou equivalente legal				
1.3 — Grau de Bacharel em Enfermagem ou equivalente legal				
2 — Nota Final obtida no Curso Superior de Enfermagem ou equivalente legal (NCE)			3	Total:
3 — Experiência Profissional (EP)	5 5 10	20	7	Total:
3.1 — Experiência Profissional noutras Instituições				
3.2 — Experiência Profissional em Cuidados de Saúde Primários				
3.3 — Experiência Profissional em Cuidados de Saúde Primários especificamente no ACES Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira.				
> 18 meses ≤ 24 meses — 8 valores; > 24 meses ≤ 30 meses — 9 valores; > 30 meses — 10 valores.				
4 — Formação Profissional (FP)	2 2 8 2 6	20	3	Total:
4.1 — Sem participação como Formador				
4.2 — Com participação como Formador				
4.2.1 — Noutras Instituições				
4.2.2 — Em Cuidados de Saúde Primários — 2 valores por cada Acção de Formação (até ao limite máximo de 8 valores).				
4.3 — Sem participação como Formando				
4.4 — Com participação como Formando — 2 valores por cada Acção de Formação (até ao limite máximo de 6 valores).				
5 — Outros Elementos Considerados Relevantes (OECR)	2 18	20	3	Total:
5.1 — Sem elementos considerados relevantes				
5.2 — Com elementos considerados relevantes e abaixo descritos — ao valor indicado em 5.1, acresce até ao limite de 18 valores.				
Orientar, supervisionar e avaliar alunos de enfermagem em ensinos clínicos — 1 valor por cada ensino clínico (até ao limite 4 valores);				
Participação em comissões/grupos de trabalho — 1 valor;				
Orientar e ou coordenar programas de saúde implementados no Centro de Saúde — 1 valor por programa (até ao limite de 3 valores);				
Ter realizado trabalhos científicos no âmbito de enfermagem, fora do contexto escolar — 0,5 valores (até ao limite de 1 valor);				
Colaborar/integrar novos elementos na Unidade de Cuidados — 2 valores por cada (até ao limite de 4 valores);				
Colaborar na gestão de recursos materiais na área de Cuidados de Saúde Primários — 2 valores;				
Ser responsável/interlocutor de enfermagem de uma Unidade de Cuidados — 3 valores.				
6 — Apresentação Curricular (AC)	5 5 10	20	2	Total:
6.1 — Forma				
Elaborado a 1,5 espaços, com letra 11/12 e até o limite de 10 páginas; (Penalização de 1 valor, se item não cumprido).				
6.2 — Curriculum com ordem sequencial				
Introdução — 0,5 valores;				
Desenvolvimento — 3 valores;				
Análise Crítica — 1,5 valores.				
6.3 — Projecto Profissional				
Projecto Profissional — Na área dos Cuidados de Saúde Primários — 6 valores;				
Análise Crítica — 4 valores.				